

# Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

Edição comemorativa



# O Sistema Conselhos de Psicologia completou, em dezembro de 2003, 30 anos.

Estamos falando da organização de uma profissão que surgiu como um projeto de elites, com feição de que “daria um jeito” na alma de um povo considerado cheio de defeitos, mas que, afora essa vocação retificadora, encontrou nesse mesmo povo a sua razão de ser e, da ligação ditatorial com o Estado, vem rompendo paradigmas e fazendo história junto à sociedade: a Psicologia vem encontrando, no Brasil, sua razão de ser atrelada ao seu compromisso social.

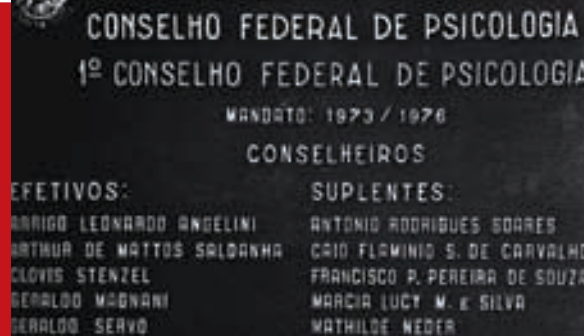
A forma com que a profissão se organiza no país, num sistema, o Sistema Conselhos, dá o tom do caráter democrático que norteia suas deliberações e diretrizes: paulatinamente o sistema presidencialista da instituição encontra atenuantes na forma sistêmica de definições, em reuniões, assembléias, congressos.

Em 30 anos, estamos fazendo história: o Sistema Conselhos, de forma decisiva, vem contribuindo para a inserção do psicólogo nas políticas públicas e na construção de um país com mais qualidade de vida para todos, dentro do sonho de um outro mundo possível. É o que queremos.

Brasília, dezembro de 2004.



Solenidade de entrega de título de Membro Honorário ao Ministro do Trabalho, Dr. Arnaldo da Costa Prieto, pelo presidente do CFP, Arthur de Mattos Saldanha, 1978.



1º Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 1973 a 1976.



Homenagem a estadistas (da direita para a esquerda): conselheiro Rodrigues Soares (orador oficial do CFP); ex-Ministro Jarbas Passarinho; presidente do CFP Arthur Saldanha; Ministro J. Barata; e a secretária do CFP, 1979.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

Em 1953, Lourenço Filho, José Pontual, Emílio Mira y Lopez e J. M. de A. Sobrinho redigiram um Anteprojeto de Lei para o reconhecimento da profissão de psicólogo, o qual foi encaminhado pela Associação Brasileira de Psicotécnica. Pouco depois, em 1958, foi apresentado um outro, elaborado por uma equipe de São Paulo, e apresentado em 1961. As discussões sobre estes dois trabalhos e o empenho de associações e sociedades de Psicologia culminaram na promulgação da Lei nº 4.119, de 27/8/1962.

Não há como negar que a Psicologia surgiu, no Brasil, como um projeto das elites acadêmicas intelectuais, que gestaram essa profissão e lograram em 1962 tornar uma profissão pioneiramente regulamentada no país.

Não deixa de ser curioso que a Lei nº 5.766, que criou o Conselho Federal de Psicologia e os sete primeiros conselhos regionais, date de 20/12/1971, e que a Ata de Eleição do primeiro Conselho Federal de Psicologia date de 20 de dezembro de 1973, portanto, seja de exatos dois anos depois: estamos falando de uma profissão que tem a sua lei aprovada, mas está marcada por uma dispersão, uma desorganização, uma desunião.

Em dezembro de 1973, por convocação do Ministério do Trabalho, 20 associações de Psicologia credenciaram-se para, juntas, elegerem o primeiro Plenário do CFP. Foram elas: Associação Brasileira de Psicólogos; Associação Brasileira de Psicologia Aplicada; Associação Profissional dos Psicólogos do estado de São Paulo; Sociedade de Psicologia de São Paulo; Sociedade de Rorschach e outras Técnicas Projetivas do Rio Grande do Sul; Sociedade Brasileira de Psicologia e Clínica Psicológica; Instituto Brasileiro de Estudos Sociais; Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama; Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto; Associação Profissional dos Psicólogos da Guanabara; Sociedade de Psicologia do Distrito Federal; Associação Brasileira de Psicologia Clínica; Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul; Associação Pernambucana de Psicólogos; Sociedade Brasileira de Psicanálise; Sociedade Mineira de Psicologia; Associação Baiana de Psicólogos; Círculo Brasileiro de Psicologia Profunda; Sociedade Brasileira de Psicoterapia, Dinâmica de Grupo e Psicodrama; e Sociedade de Psicoterapia de Grupo de Minas Gerais.

*... Talvez muitos não apareçam nas páginas da História, mesmo que as tenham escrito nos gestos, na criação e nos atos...*  
**Alberto Rodrigues Soares**



Sessão de inauguração da sala de reuniões plenárias, novembro de 1978.



Aspecto do descerramento da placa de inauguração da sala de reuniões do CFP, no transcurso do 7º aniversário da promulgação da Lei nº 5.766. Na foto: Dr. De Cirande, representante do Ministério do Trabalho, e Dr. Saldanha, presidente do CFP.



Transmissão de cargos da Diretoria do Conselho Federal de Psicologia: à esquerda, na foto, a nova Diretoria, 1980.



Comemoração do centenário da Psicologia como ciência. Foto: Drª Noemi Silveira Rudolfer, no momento em que proferia sua palestra, 1979.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

*Contam que os liames políticos da Psicologia eram à época tão fortemente estabelecidos que a origem da profissão também perpassou pelo pedido especial da filha de um antigo chefe da polícia política da Era Vargas, Felinto Muller, na época ainda senador, a quem ela se dirigiu pedindo que sua “profissão fosse reconhecida também”: a menina estudava Psicologia...*

*Marcus Vinícius de Oliveira Silva*

Foram eleitos pelas 20 entidades credenciadas pelo Ministério do Trabalho, como os primeiros membros efetivos do CFP: Arthur Saldanha, Arrigo Angelini, Clovis Stenzel, Geraldo Magnani, Geraldo Servo, Halley Bessa, Oswaldo Santos, Tania Monteiro e Virginia Bicudo. E, como suplentes, Antonio Soares, Caio de Carvalho, Francisco de Souza, Márcia Silva, Mathilde Neder, Myrian Netto, Odette Kolck, Reinier Rozestraten, Rosaura Xavier. Em seguida, procedeu-se à eleição do Presidente (Arrigo Angelini), Vice-Presidente (Virginia Bicudo), Secretário (Geraldo Servo) e Tesoureiro (Halley Bessa).

Após a inauguração, o desafio era conseguir local próprio para a sede, estabelecer base financeira e estrutura administrativa, padronizar ficha de inscrição e cartão de identidade profissional, definir a taxa anual a ser recolhida, elaborar Regimento Interno, definir zonas de jurisdição para os regionais e ajudar na organização dos conselhos regionais. Entre abril e outubro de 1974, uma primeira sala do CFP funcionou em local cedido pela Delegacia Regional do

Trabalho. A sede definitiva, onde hoje funciona o CFP, foi inaugurada em junho de 1981.

Em 1974, a estrutura de funcionamento e de relacionamento do CFP compunha-se com os sete primeiros CRPs: (CRP-01 – Goiás, DF, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e Amapá; CRP-02 – Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão e Fernando de Noronha; CRP-03 – Bahia e Sergipe; CRP-04 – Minas Gerais e Espírito Santo; CRP-05 – Rio de Janeiro e estado da Guanabara; CRP-06 – São Paulo e Mato Grosso; e CRP-07 – Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A autarquia contava com, aproximadamente, 895 psicólogos inscritos. À época da eleição do primeiro Plenário, a concessão do título dava-se por comprovação, junto ao MEC – Ministério da Educação e Cultura, de prática profissional.





Presidente Waldecy Miranda descerra placa, 1982.



CRPs são visitados pelo Federal - presidente do CFP no Recife fala da necessidade de uma descentralização para a autarquia.



O Vice-presidente do CFP, conselheiro Antônio R. Soares, homenageia a vencedora do prêmio "Lourenço Filho" durante jantar de confraternização, na presença de delegados dos CRPs, 1981.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história



27 de Agosto, Dia do Psicólogo. A data remete à publicação da Lei 4.119/62.



III Plenário do Conselho Federal de Psicologia, 1979 a 1982.



Diretoria do CFP em reunião, dia 19 de setembro de 1980, com os conselhos federais da área de saúde, em primeiras articulações.

*A Lei nº 4.119, que reconheceu a profissão de Psicólogo no Brasil, é de 27 de agosto de 1962. Desde então a data, 27 de agosto, vem sendo comemorado como o Dia do profissional Psicólogo.*



A premiação na 1ª edição do Prêmio "Lourenço Filho" foi concedida à profª Maria Cecília Antunes Aguiar, por sua tese de mestrado em Psicologia, indicada pelo CRP-02, 1981.



A Diretoria do Conselho Federal de Psicologia reunida com o Ministro do Trabalho, Murillo Macedo, em fevereiro de 1980.



Conselheiros federais em confraternização, 1982.

# O esforço da ruptura



“Psicologia 25 anos - uma ocasião para avaliar e crescer”, capa do Jornal do Federal, agosto de 1987.



CFP na VIII Conferência Nacional de Saúde, 1986.



CFP “em defesa das emendas populares”.  
Jornal do Federal, 1987.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

Em 1984, início da chamada Nova República, o CFP alcançou a marca de 50.000 psicólogos inscritos.

Até o início da década, percebemos uma relação da maioria dos conselhos profissionais quase ditatorial com o Estado. E, no caso do CFP, não era diferente. O IV Plenário do CFP, empossado em 20/12/1982, tendo como representantes Halley Bessa (Presidente), Jairo Eduardo Andrade (Vice-Presidente), Moysés Netto (Secretário) e Maria Júlia Trevizan (Tesoureira), representa exatamente o esforço de ruptura com a relação com o Estado do tipo clientelista. O contexto começa a nos levar para o discurso social, de interesse da maioria da população: discurso da democracia, discurso da Constituinte, discurso da Reforma Sanitária, discurso da qualidade na educação.

As eleições que ocorreram nos CRPs, em julho de 1983, mostraram que o caráter da autarquia mudava, na mesma direção da luta desenvolvida por toda a sociedade brasileira: maior democracia, maior participação.

Duas novas preocupações apareceram em 1983: o CFP começou a desenvolver uma atuação política junto aos

órgãos que direta ou indiretamente se relacionavam com o espaço da Psicologia, buscando obter condições favoráveis à categoria e ao atendimento da população; e iniciou debates sobre como seria um CFP que não mais decidisse de cima para baixo, mas que trabalhasse muito mais como catalizador das decisões que fossem tomadas de baixo para cima, e o tom anti-presidencialista do Novo Regimento Interno e a unanimidade no entendimento de que todos os presentes às Assembléias pudessem fazer sugestões, ambos em fins de 1982, bem exemplificam esta questão.

O Plenário 83-85 permaneceu ainda na Gestão 86-88.

Em 1986, um periódico de abrangência nacional, como o jornal do psicólogo, passou a ser publicado e distribuído a todos os profissionais inscritos. Em 1984 a Bahia já havia sido escolhida como local para o lançamento do primeiro número da “Revista Psicologia Ciência e Profissão”, editada pelo IV Plenário.

A postura adotada na gestão do IV Plenário, onde os conselheiros federais tiveram presença marcante nas atividades dos CRPs, com o objetivo de sentirem melhor a reali-



Boletins informativos do IV Plenário, 1984, antecederam um jornal nacional para o psicólogo.



O jornal do psicólogo, com o título de “Jornal do Federal”, passa a ser publicado e distribuído em abrangência nacional, 1986.





Novo Código de Ética,  
27 de agosto de 1987.



Conselheiros do V Plenário do CFP, 1986 - Efetivos: André Barreto, Antonio Bastos, Francisco Trespalácios, Jorge Ribeiro, José Tozzoni, Maria Blandina de Melo, Nédio Antônio Seminotti, Yvonne Khouri, Zaira Belan. Suplentes: Anibal Bastos, Eulina Lordelo, José Solero Netto, Nara Berlim, Paula Gomide, Nely Freitas, Rosa Pereira, Vera Lúcia Colucci e Wilson Leite.



No final da década de 80, primeiros atos públicos, da Psicologia. Este, realizado em Bauru/SP, em 5 de dezembro de 1988, contra a exclusão social.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

dade no nível executivo, para depois melhor deliberarem no nível legislativo, culminou com a criação do Conselho Consultivo, em 1985, composto pelos conselheiros federais e por dois representantes de cada CRP, com vistas a democratizar as relações internas do CFP e ampliar a participação dos regionais nas decisões da autarquia. O Conselho Consultivo era também, em última instância, o responsável pelas diretrizes de ação do CFP.

Em 1987 entrou em vigor o Novo Código de Ética Profissional e a regulamentação da profissão completou 25 anos. Naqueles 25 anos de profissão, a sociedade brasileira empobrecera, devido ao crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, do êxodo rural, da depredação da natureza e do acentuado aumento da população. A atuação profissional do psicólogo, por sua vez, acompanhou essas alterações desordenadas, oriundas da ausência de uma política nacional, que se refletiram nas condições do exercício profissional e na formação dos psicólogos, certamente.

Já desde 1986 alguns conselhos regionais haviam realizado a eleição dos conselheiros federais na mesma eleição para a Plenária do CRP. Em novembro de 1988, o Conse-

lho Consultivo, integrado por representantes do CFP e dos CRPs, aprovou a proposta de um Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos; mais ou menos nessa mesma época começou a se discutir a eleição do Plenário do CFP por meio de chapas de caráter nacional, isto é, se votaria em um programa, e não mais em um psicólogo de sua região. Pode-se dizer que a somatória das realizações e dos eventos históricos ocorridos na década de 1980 propiciaram e culminaram com as eleições diretas para o CFP.

A Gestão 83-85, que permaneceu em segundo Plenário no período de 86-88, enfim estabeleceu como meta as eleições diretas no interior do Conselho Federal de Psicologia. Devemos a este mandato o início do estabelecimento de um projeto de democratização interna ao próprio Conselho.



Revista "Psicologia, Ciência e Profissão", 1987.



Na capa do jornal, o reflexo da preocupação que surgia, no âmbito da Psicologia, com a discriminação por raça, 1988.



CFP ergue a bandeira na luta antimanicomial, Jornal do Federal, abril de 1988.

# Democratizando



Jornal do Federal, 1989, chama para a democratização do processo eletivo.



Reforma Agrária, Saúde, Educação... paulatinamente os psicólogos vão se aproximando dos temas sociais (Jornal do Federal, 1989).



O Congresso Nacional Unificado foi um divisor na história do Sistema Conselhos (Jornal do Federal, 1989).



Em 1989 o Conselho Federal de Medicina apresentava o Anteprojeto que viria a ser o Projeto de Lei do Ato Médico, anos depois, motivo de luta para todo o Sistema Conselhos de Psicologia.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história



Marlene, Myrna, Ana Ramos, Ana Smolka, Marcus Vinícius, Célia, Bernardo, Yvonne Khouri, Neli, Marcos Jardim, Rosa, Ass. Jurídico Buzzoni, Sérgio, Eulina, Sollero, Paula, Marília e Tozoni, VI Plenário, 1989.

Em 1989, 65.000 psicólogos, pela primeira vez, escolheram diretamente seus representantes regionais e federais, como consta na capa do já *Jornal do Federal*: “Categoria se mobiliza para eleger, no dia 27 de agosto, seus representantes junto aos conselhos”. Ou ainda o seguinte trecho do jornal:

*Pela primeira vez na história desta entidade, um Plenário do CFP foi constituído através de eleições diretas, consolidando uma luta de segmentos da categoria que sempre tiveram em comum o intuito de construção de uma entidade autônoma em relação ao Estado, voltada para os interesses dos psicólogos como cidadãos.*

Entretanto, alguns antecedentes determinaram fortemente a convocação das eleições diretas. O termo de renúncia dos conselheiros federais de 20/12/1988 é especialmente interessante a este respeito: o VI Plenário do CFP, empossado em dezembro de 1988, logo em seguida redigiu seu termo de renúncia, dizendo:

*Os abaixo-assinados, conselheiros eleitos para o Conselho Federal de Psicologia, para um mandato de três anos, a se iniciar nesta data e a terminar em 19 de dezembro de 1991, considerando a necessidade de se fazer coincidir os mandatos dos conselheiros eleitos para os Conselhos Federal e Regionais, considerando, ainda, que essa coincidência virá a possibilitar consulta direta à categoria para a escolha dos conselheiros federais, que deverá ser feita quando da eleição dos regionais, ao ocorrer em 27 de agosto de 1989, tomam por decisão renunciar de maneira irrevogável a seu mandato a partir de 16 de dezembro de 1989.*

Brasília-DF, 20 de dezembro de 1988.

Com a renúncia coletiva do VI Plenário, o V Plenário permaneceu então, ao longo do ano de 1989, até que viessem as eleições para a composição do VII Plenário, em 27 de agosto. Os psicólogos ainda não elegiam os conselheiros federais, mas, dentre os conselheiros regionais eleitos, alguns comporiam o Plenário Federal, em mesma época, evitando o interregno pré-existente, de um ano, entre composição de plenários federais e regionais que, muitas vezes, ocasionava,

*“Acreditamos que as práticas corporativas devem ser combatidas, substituindo-as ações que articulem a categoria com as lutas dos trabalhadores”. É com essa fala que o VII Plenário assume, ao final de 1989.*





Sentados: Marcus Vinícius, Francisco Viana, Marcos Ferreira e Eliane de Barros.  
Em pé: Elizabet Campos, Ana Bock, Solange Truda e Alberto Felippi,  
Congresso Nacional Unificado de Psicólogos, 1989.

A Psicologia entende a Educação Sexual como área de atuação  
(Jornal do Federal, janeiro de 1989).

Ângela Maria (Sindicato de Goiás), Alberto (Comissão), Tozzoni (CFP), Luiz Humberto (Fenapsi) e Magda Flores (Fenapsi)  
Reunião das Entidades, 1989.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

dentro do próprio Sistema, a falta de identidade política por um ano.

A carta de renúncia quando da eleição para o VI Plenário, contribuiu decididamente para democratizar as eleições e a permitir coincidência de mandato entre CRP e CFP. Neste processo de transição para a democracia, há que se ressaltar, dentre outros, o nome da **conselheira Yvonne Khouri**, protagonista fiel dos ideais de democracia para o Conselho Federal de Psicologia, cujas articulações pessoais foram fundamentais ao longo do processo.

O mês de setembro de 1989 introduz um elemento novo que vai marcar uma certa diferença na história da Psicologia brasileira, que é a chegada da democracia direta, com a inclusão do dispositivo congressual: nesse ano aconteceu o Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos. Chamado pela Federação Nacional dos Psicólogos, Fenapsi, entidade sindical, e pelo CFP, entidades até então desconectadas politicamente, o Congresso marcou a quebra do distanciamento até então ainda existente entre o Conselho e suas bases e prepara a dinâmica de trabalho maior, a ser assumida na década de 90, com os congressos nacionais da

Psicologia. No Congresso Unificado deliberou-se o compromisso do CFP com um projeto social, e não com seus interesses corporativos; o vínculo com o Estado; a inscrição compulsória e o controle ético específico. De um lado, o CFP; de outro, a Fenapsi: críticas contundentes deram origem a posições diferentes que ora se anunciavam, mas marcaram a abertura necessária de um diálogo. A conclusão final do Congresso foi a de que era necessário buscarem-se formas novas de extinção da concepção corporativista que atravessava as práticas dos psicólogos.



Ana Bock (Comissão), Marcus Vinícius (Comissão), Nara Bittencourt (Sindicato de Florianópolis), Francisco Viana (Comissão), Solange Truda (Comissão), Eliane Caldeira (Comissão) e Maria do Socorro (Associação dos Psicólogos da Paraíba).  
Reunião das Entidades, 1989.



Landejaine (CRP-01), Hércia de Almeida (SPDF), Luiz Cláudio (CRP-04), Sandra Jovchelowitch (CRP-07), Ademar Becker (Sindicato RS), Ana Bock (Comissão) e Marcus Vinícius (Comissão).  
Reunião de Entidades, 1989.



No destaque, Yvonne Khouri, atuação marcante no processo de transição do Sistema Conselhos.

# Anos 90



VII Plenário do CFP - Gestão 89 / 93

Primeiro plano: Carmem, Nádia Solange, Aparecida, Virgínia, Ana Lúcia, Marlene e Neli.  
Segundo Plano: Antônio, Estanislau, Buzonni, Willian Yara, Benedito, Yone, Nanci e Alberto.

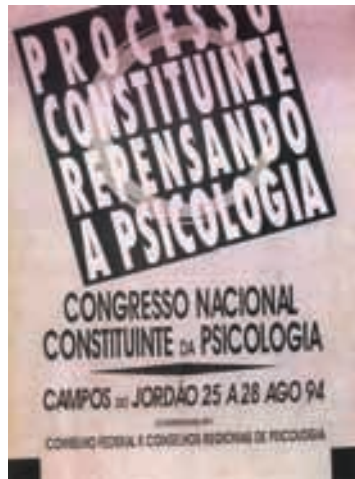


Ética: tema em pauta para a Psicologia nos anos 90, Jornal do Federal, 1991.



O CFP e a luta antimanicomial, Jornal do Federal, 1991.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história



Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, de 25 a 28 agosto de 1994, em Campos do Jordão - SP: uma nova fase para a Psicologia brasileira.

A Gestão do VII Plenário foi de 1989 a 1992. A plataforma política desta Gestão, que inaugurou a década de 1990, encampava os pontos de luta deliberados anteriormente, no Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos (1989), assegurando o compromisso da entidade com um projeto social e a articulação da categoria com a luta dos trabalhadores. Também fortaleceu a democratização interna, através da descentralização política e administrativa, e incentivou a articulação com setores populares, entidades e movimentos sociais. Além disso, comprometeu-se em enfatizar espaços de informação, discussão e mobilização da categoria, conduzindo a se pensar a Psicologia, como ciência e profissão, em suas particularidades técnico-teóricas. Foi ainda nessa Gestão que, em dezembro de 1991, o Conselho Consultivo tornou-se Conselho Deliberativo, cujos membros eram eleitos diretamente pelos psicólogos.

Uma das deliberações do Congresso Nacional Unificado dos Psicólogos, em 1989, foi a realização de um Encontro Geral de Plenárias. Dando continuidade à discussão e acatando a decisão do Congresso sobre a reconstrução da instituição, reuniram-se em Belo Horizonte, entre 25 e 27 de outubro de 1991, o Plenário do CFP e todos os plená-

rios dos CRPs. No evento, discutiu-se a necessidade da existência do Conselho e qual deveria ser a estrutura desta entidade. Foi também proposta, na ocasião, a realização do Congresso Constituinte da Psicologia, onde os temas em discussão poderiam ser equacionados e as propostas para reestruturação dos Conselhos, debatidas; e, após este Encontro de Plenárias, deu-se por instalado o Processo Constituinte da Psicologia Brasileira.

Foram três anos de discussões, durante os quais os psicólogos pensaram sobre si mesmos, sobre seu exercício profissional, sua formação e sobre suas entidades representativas, antecipando e estruturando, assim, a realização do Congresso Constituinte da Psicologia, a ocorrer em 1994.

O Processo Constituinte teve como sentido maior a reconstrução do CFP e dos CRPs; visou o questionamento geral do conjunto CFP/CRPs. Ele deveria indicar a nova forma estrutural daquele conjunto, atender aos anseios da categoria e às necessidades da sociedade brasileira; esperava-se, com ele, a construção de uma entidade com uma inserção social concreta. Como resposta a este período de questionamentos e de proposição de diretrizes a serem con-





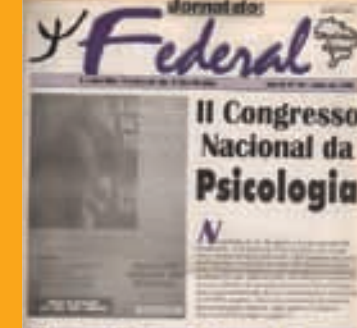
Encontro Geral das Plenárias reuniu 150 participantes, *Jornal do Federal*, 1992.



VIII Plenário assumiu em 1993, com o ideal de “abrir caminhos”, *Jornal do Federal*, 1993.



IX Plenário, conselheiros efetivos: Odair Sass, Álvaro Trujillo, Wilson Soares Leite, Nélio Pereira da Silva, Rosano Freire Carvalho, Guilherme Valle, Raimunda Montello Gomes, Maria Bernadete Costa e Rose Teresinha Mayer, 1996.



De 28 de agosto a 1º setembro, em Belo Horizonte, o II Congresso Nacional de Psicologia, que reuniu 179 delegados eleitos e 220 psicólogos, em 1996.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

solidadas no Congresso Constituinte, ainda por acontecer, apareceram, na ocasião, discussões, propostas e até mesmo análises sobre a história da Psicologia. Nessa fase discutia-se a necessidade dos conselhos, a demanda da sociedade brasileira por uma instituição desse tipo; qual a finalidade e estatuto da entidade; o que fiscalizar e com qual finalidade; registrar quem e para quê; como um grupo se responsabiliza por um Código de Ética, por exemplo. Algumas propostas diziam que aos conselhos caberia direcionar ações visando cumprir a função social da Psicologia, contribuir para a formação e aprimoramento da categoria e articular a categoria para tornar mais eficaz sua ação socialmente transformadora. No âmbito das interpretações históricas, falou-se sobre as conseqüências da criação de uma Psicologia comunitária em fins da década de 1960 e início de 1970; sobre o direcionamento do trabalho profissional para o atendimento individual, em consultórios e clínicas, e para a Educação; e sobre a proliferação indiscriminada dos cursos de Psicologia na década de 1970, comprometendo a qualidade da formação e lançando anualmente no mercado de trabalho um contingente profissional pouco qualificado. Avaliou-se que o momento atual, o do Processo Constituinte, em relação aos anteriores, ampliava a participação da categoria nas

instituições, redimensionava a importância social do trabalho do psicólogo, estabelecia novos vínculos com a universidade para contribuir com a formação profissional, buscava qualidade dos serviços oferecidos à população e reconhecia a função social da profissão.

Em 1994 aconteceu enfim o Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, intitulado Processo Constituinte “Repensando a Psicologia”, em Campos de Jordão, entre 25 e 28 de agosto daquele ano. Foi um marco histórico para a Psicologia, porque esta foi a primeira vez, desde que a Psicologia havia sido criada, no Brasil, que, a partir de proposições próprias, os psicólogos indicaram o rumo que a Psicologia deveria tomar no país, como ciência e profissão, e a forma de organização dessa área. Participaram representantes da Fenapsi, do Conselho Nacional dos Estudantes e do Mercosul, além dos mais de 150 delegados eleitos nas 12 regiões do Sistema. O Congresso foi importante também por vários outros motivos, como, por exemplo, porque foi projetado em uma Gestão (VII Plenário) e executado na Gestão seguinte (VIII Plenário); teve coordenação conjunta do CFP e CRPs; garantiu a horizontalização do processo político da autarquia; organizou o Fórum Nacionais de Enti-

*Em 28 de novembro de 1996 os psicólogos escolheram, pela primeira vez numa disputa entre plataformas de trabalho, a chapa que iria guiar o CFP nos próximos anos.*



De 28 de agosto a 1º setembro de 1996, em Belo Horizonte.





# Rumo aos anos 2000



Marta Suplicy, na primeira composição da Comissão de Direitos Humanos do CFP.



Nas capas do Jornal do Federal, um pouco da história do Sistema Conselhos, 1996.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

Em 27 de agosto de 1997, o Conselho Federal de Psicologia lança a maior referência da Psicologia brasileira na internet: o site recebeu o nome de Psicologia On Line - Pol.



II Congresso Nacional da Psicologia: "O psicólogo vai mostrar a sua cara".

dades, instância política de coordenação das ações propostas pelo Congresso; e, ao final do encontro, tornou-se o I Congresso Nacional da Psicologia – I CNP.

Foi o I CNP que decidiu finalmente pelas eleições diretas para composição dos plenários do Conselho Federal de Psicologia. A partir daí, as consultas nacionais passariam a se basear na apresentação, à categoria, de plataformas políticas. De acordo com o I CNP, o mandato do IX Plenário, de 3 anos, teria então dois períodos: far-se-ia em uma Gestão de um ano (1996) e depois em outra Gestão de dois anos (1997 – 1998). Em 28 de agosto de 1995 a primeira Consulta Nacional à categoria elegeu, em caráter de transição, como IX Plenário, a presidência de Álvaro Trujillo. Sua diretoria, que assumiu em 20/12/95, era assim composta: Nélio Silva (Vice-presidente); Rose Mayer (Secretário) e Wilson Leite (Tesoureiro). Eleita após Consulta Nacional, a Gestão entrou com a meta de consolidar as propostas de mudança deliberadas pelo I Congresso Nacional da Psicologia e priorizar a realização do II Congresso Nacional da Psicologia – II CNP, que aconteceria em 1996.

Antes da realização do II Congresso Nacional da Psicologia, foram realizados 14 congressos regionais como etapa preparatória para 1996. O II Congresso Nacional da Psicologia contou com a participação de 179 delegados eleitos através daqueles congressos regionais e com 220 psicólogos e estudantes. Intitulado "O Psicólogo Vai Mostrar a Sua Cara", aconteceu em Belo Horizonte, entre 28 de agosto e 1º de setembro. Neste Congresso, o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia realizaria sua última reunião, quando então se tornaria entidade externa ao Sistema Conselhos, passando a ser uma instância de caráter consultivo, composta por representantes de entidades nacionais ligadas à Psicologia, seu custo passando a ser de responsabilidade das entidades que o integram. Outra resolução deste Congresso foi a instalação da Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras, a APAF, instância deliberativa situada, em hierarquia, logo abaixo do Congresso Nacional da Psicologia.

Foi também nesta ocasião que os psicólogos puderam conhecer, pela primeira vez na história, chapas concorrentes para a Gestão do CFP: Para a Gestão 1996 -1998, concorreram "Consolidação Nacional", encabeçada por Odair Sass,

## II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos

Práticas Psicológicas: Compromissos e Comprometimentos



II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, de 23 a 25 de março de 2000.



III Congresso Nacional da Psicologia, Florianópolis, Santa Catarina, 1998.



III Congresso Nacional da Psicologia, grupo de discussão, Florianópolis, SC, 1998.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

e “Um Conselho para Cuidar da Profissão”, encabeçada por Ana Mercês Bahia Bock.

Em 28 de novembro de 1996 a Consulta Nacional elegeu como X Plenário para os dois anos seguintes (1997-1998), de acordo com o definido no I CNP, a chapa “Para Cuidar da Profissão”. Compuseram então a Diretoria deste Plenário: Ana Mercês Bahia Bock (Presidente); Francisco Viana (Vice-presidente); Marcus Vinícius Silva (Secretário) e José Tourinho (Tesoureiro).

Marco em 1997 é criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, que inaugurou, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, processos de lutas em prol dos Direitos Humanos sem precedentes na história da profissão.

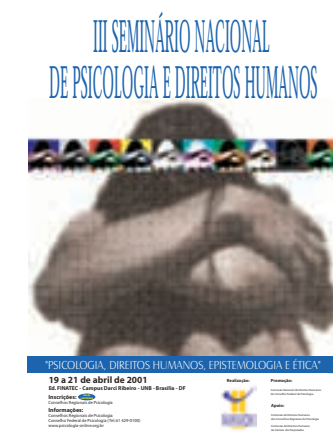
A composição inicial da Comissão era feita com os seguintes psicólogos: Cecília Maria Bouças Coimbra, Eliane Maria Fleury Seidel, Heliane B. Conde, Leôncio Camino, Marta Suplicy, Pedrinho Guareshi e Marcus Vinícius de Oliveira da Silva.

No início de 1998 a categoria dos psicólogos obteve uma enorme vitória com a aprovação de um Projeto de Lei que trouxe de volta a obrigatoriedade dos exames psicotécnicos para a primeira habilitação de motorista, revogando veto anterior, e incluindo a obrigatoriedade, definitivamente, no Código Nacional de Trânsito. Isso se deu através da articulação da classe, que conseguiu se organizar e promover manifestações em rádios e televisões brasileiras, redigir dossiês com manifestações de políticos, universidades, entidades de outras categorias profissionais e colher milhares de assinaturas a favor do psicotécnico, demonstrando, assim, que a categoria alcançava outro estágio de organização profissional.

Este foi também o ano do III Congresso Nacional da Psicologia, que aconteceu em Florianópolis, de 24 a 28 de junho. Um dos tópicos abordados pelo III CNP foi “Globalização”: nele, CRPs e CFP deveriam buscar intercâmbio profissional, científico e político com entidades representativas de psicólogos, estudantes e professores dos países do Mercosul e América Latina, objetivando construir uma política profissional comum e combater a política neoliberal dos países do Cone Sul, especialmente a tendência desregulamentadora que ameaçava várias profissões, inclusive a Psicologia.



III Congresso Nacional da Psicologia, de 24 a 28 de junho, em Florianópolis, SC, 1998.



III Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, Brasília, de 19 a 21 de abril de 2001.



# Rumo aos anos 2000



Psicoinfo -  
1ª Seminário Nacional de Psicologia e  
Informática, 1ª Feira de Psicologia, Informática  
e Cia, de 21 a 24 de outubro de 1998.



I Seminário Nacional de Psicologia e  
Direitos Humanos, 1998.



Conselheiros regionais em APAF, 2002

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história



Psicólogo Paulo Rosas, homenageado na Câmara  
Federal, na comemoração dos 40 anos da profissão  
no país.

Outro tópico tratado foi “Interfaces”: aqui se reafirmou a deliberação sobre a formação profissional aprovada no Congresso anterior (1996) e no Fórum Nacional de Formação (1997), que formulou diretrizes para uma formação profissional generalista, que preparasse o psicólogo para o trabalho interdisciplinar. No item “Políticas Públicas”, caberia aos conselhos profissionais desencadear campanha nacional em defesa dos serviços da Saúde Mental públicos de qualidade, incluindo todas as áreas da Psicologia, sob uma concepção mais ampla de Saúde Mental, e promover atividades em nível nacional no dia 10 de outubro – Dia Mundial da Saúde Mental, intercambiando com outros conselhos profissionais. Este CNP também apontou como necessidade: interlocução com o Poder Judiciário, nos níveis estadual e federal; desenvolvimento de ações para aprofundar e atualizar o papel do psicólogo na área da saúde pública; que juntamente com os CRPs e outras entidades, o CFP deveria promover e incentivar a discussão sobre as práticas educacionais nos conselhos municipais e estaduais de Educação, objetivando uma melhor integração do conhecimento psicológico nessa área; dar continuidade às discussões entre os conselhos de Psicologia e de Administração, no que se refere à definição da interface em Recursos Humanos; que os conselhos profissionais

deveriam lutar pelo fortalecimento das políticas públicas, nos campos da Educação, Saúde, Assistência Social, em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), procurando agir em conjunto com entidades de representação profissional e movimentos sociais organizados em defesa da cidadania; por fim deliberou que caberia ao CFP e CRPs constituírem banco de dados sobre órgãos, fóruns e programas de políticas públicas existentes em âmbitos regional e nacional, e mapearem projetos e trabalhos realizados pela categoria, divulgando este material através dos meios de comunicação, contribuindo, assim, para o exercício profissional e a cidadania.

Em 27 de agosto de 1998, Dia do Psicólogo, a categoria é chamada mais uma vez à Consulta Nacional, para uma Gestão que voltaria a permanecer por três anos. A disputa deu-se entre um “Conselho pra Cuidar da Profissão”, encabeçada por Ana Mercês Bahia Bock, e Ação Democrática, encabeçada por João Baptista de Oliveira. O XI Plenário, que permaneceu de 1999 a 2001, teve a seguinte composição de Diretoria: Ana Mercês Bahia Bock (Presidente),







IV Encontro Nacional do Movimento da Luta Antimanicomial: “Novas formas de produção de sentido”, de 22 a 26 de setembro de 1999, em Paripueira - AL.



I Mostra Nacional de Práticas Psicológicas: Profissão e Compromisso Social, de 5 a 7 de outubro de 2000.



Campanha Nacional contra os manicômios judiciais: “O pior do pior”, ano 2000.



II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, “Práticas Psicológicas: compromisso e comprometimentos”, ano 2000.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

Marcos Ferreira (Vice-presidente), Iana Bezerra (Secretária) e José Tourinho (Tesoureiro).

Ainda no ano de 1998, durante a XXVIII Reunião da Sociedade Brasileira de Psicologia, em Ribeirão Preto, ocorreu a organização e concretização da Associação Brasileira do Ensino da Psicologia (ABEP), importante órgão que viria a cuidar da qualidade da formação profissional dos psicólogos. Neste ano aconteceu o I Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, intitulado “Psicologia, Direitos Humanos e Sofrimento Mental”.

O Planejamento Estratégico do CFP para ano 2000 propunha-se a enfrentar a fragilidade institucional do órgão, tornando-o mais democrático, ágil, eficiente e atento às transformações das relações da Psicologia com a sociedade. Pretendia, ainda, melhorar o modelo de Gestão; qualificar conselheiros do sistema para a tarefa de gerir a entidade; melhorar parcerias institucionais; interferir no compromisso da Psicologia, enquanto ciência e profissão; ampliar o cuidado com o exercício profissional para adquirir uma inserção social crítica e transformadora.

Um dos grandes momentos de atuação do XI Plenário foi a realização da I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia: Profissão e Compromisso Social, que aconteceu de 5 a 7 de outubro de 2000. A Psicologia brasileira nunca esteve tão bem representada em suas mais variadas manifestações, como na I Mostra Nacional. A Mostra revelou a nova face da Psicologia brasileira. Cerca de 15 mil pessoas, dentre psicólogos, estudantes e público em geral, vindos em caravanas de diversos estados do país, lotaram o Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo. O evento apresentou as diversas áreas sociais em que os psicólogos estavam atuando, em todo o Brasil, sempre em exposições criativas. Foi uma grande celebração ao compromisso social da Psicologia.

Ainda no ano de 2000 a Comissão Nacionais de Direitos Humanos lançou sua campanha nacional “Medida de Segurança não pode ser Prisão Perpétua!”, contra a existência dos manicômios judiciais por todo o país: “O pior do pior”, segundo a Comissão; e realizou o II Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, com o tema “Práticas Psicológicas: compromissos e comprometimentos”.

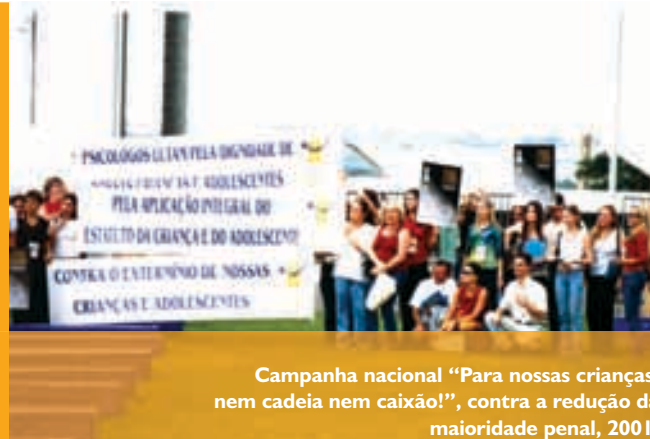


IV Congresso Nacional de Psicologia, de 21 a 24 de junho de 2001, em Brasília - DF.

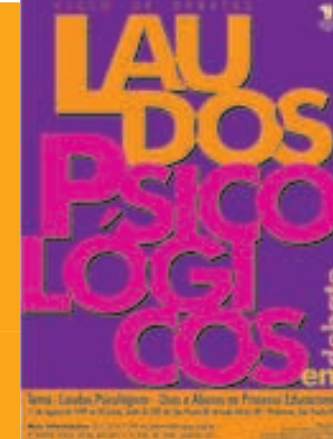
# Rumo aos anos 2000



I Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, de 1 a 5 de setembro de 2001, na Universidade de São Paulo, SP.



Campanha nacional “Para nossas crianças, nem cadeia nem caixão!”, contra a redução da maioridade penal, 2001.



## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história



I Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, em 2001, um grande evento para a Psicologia brasileira.

Entre 21 e 24 de junho de 2001, em Brasília, aconteceu então o IV Congresso Nacional da Psicologia, cujo tema foi “Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais: construindo o compromisso social da Psicologia”. Foram analisadas 217 teses e nove grupos de trabalho dividiram-se entre os temas: Políticas Públicas e Psicologia Social; Práticas Emergentes, Educação e Especialistas; Formação e Projeto-história; Papel Social e Psicologia; Ciência e Profissão; Condições de Trabalho e Esporte; Ética, Direitos Humanos, Interfaces e Fiscalização; Trânsito e Trabalho; Terceiro Setor e Relações Internacionais; Divulgação, Avaliação Psicológica e Psicologia Jurídica.

Em 2001 também aconteceu um outro evento de abrangência nacional: o I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, de 1º a 5 de setembro, na Universidade de São Paulo, USP. Esse evento veio com a intenção de dar voz às questões relacionadas à prática profissional e à prática científica, num diálogo sobre os avanços da ciência e sua aplicação no cotidiano da profissão, como também propiciar aos estudantes uma oportunidade para conhecer os autores que lêem em seus cursos de graduação. O objetivo foi mostrar a Psicologia à sociedade, provar que existe um movimen-

to entre os profissionais que conseguiu articular ciência e profissão, mostrar e ampliar as fronteiras da profissão por meio desse encontro. O mega-evento, sem exagero no termo, ocorreu em 22.000 metros quadrados, onde foram apresentados mais de 2.000 painéis, 411 mesas-redondas, 56 debates informais, 44 cursos, 26 conferências e mais de 35 estandes de instituições e editoras, para um público de mais de 12.000 inscritos.

Ainda em 2001 a Comissão Nacional de Direitos Humanos deflagrou a Campanha Nacional “Para nossas crianças, nem cadeia, nem caixão”, pela aplicação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; e realizou o III Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos: “Psicologia, Direitos Humanos, Epistemologia e Ética”.

Em dezembro de 2001, após a Consulta Nacional de 27 de agosto, o XII Plenário foi empossado. Como Presidente, Odair Furtado. Vice-presidente, Ana Luíza de Sousa Castro; Secretário-geral, Miguel Angel Cal González; e Tesoureiro, Francisco Viana. O XII Plenário assumiu com o objetivo de efetivamente consolidar o compromisso social da Psicologia diante da sociedade brasileira.



Campanha Nacional pela Aplicação Integral do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 2001.



V Congresso Nacional da  
Psicologia:  
Protagonismo Social da Psicologia  
de 17 a 20 de junho de 2004, Brasília DF.

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

A partir do I Congresso Nacional de Psicologia (1994), os psicólogos começaram a delinear a própria profissão, a incluir as diversas conquistas sociais em seus códigos e normas de funcionamento e a participar ativamente na defesa da justiça social. O Protagonismo Social tornou-se a tônica do V Congresso Nacional da Psicologia, o V CNP, que aconteceu em Brasília, dez anos depois do I CNP, e provavelmente irá orientar parte da política para os próximos três anos. Pergunta-se: quais serão os próximos impulsionadores para a Psicologia brasileira, hoje fortemente enlaçada aos acontecimentos sociais do país?!



Memória	
1973 a 1976	I Plenário
1977 a 1978	II Plenário
1979 a 1982	III Plenário
1983 a 1985	IV Plenário
1986 a 1988	V Plenário
1989	VI Plenário (renúncia)
1989 a 1992	VII Plenário
1993 a 1995	VIII Plenário
1996	IX Plenário (transição)
1996 a 1998	X Plenário
1999 a 2001	XI Plenário
2002 a 2004	XII Plenário



Pesquisa e texto básico: Maria Fernanda Costa Waeny,  
Mônica Leopardi Bosco de Azevedo  
Organização: Odair Furtado  
Coordenação: Yvone Magalhães Duarte  
Copy desk de informações: Assessoria de Comunicação  
Projeto gráfico: Ad People Comunicação

## Sistema Conselhos de Psicologia: 30 anos de história

*Em maio de 2004, em função da desincompatibilização para as eleições, a acontecerem em agosto, Ricardo Figueiredo Moretzsohn assumiu a presidência do CFP, permanecendo no cargo até o final da Gestão, em dezembro. No mesmo período, Deusdet do Carmo Martins assumiu a Tesouraria, devolvendo o cargo a Francisco José Machado Viana em setembro. Miguel Angel Cal González entregou a função de Secretário em abril. Os conselheiros Marcus Adams de Azevedo Pinheiro, Sônia Cristina Arias Bahia, Gislene Maia de Macedo e Marilene Proença Rebello de Souza, após as eleições de 27 de agosto, deixaram o Plenário, por assumirem, em seus CRPs, outros cargos eletivos.*

### O XII Plenário (Gestão 2002 / 2004):

#### **Presidente**

Odair Furtado

#### **Vice-presidente**

Ana Luíza de Souza Castro

#### **Secretário-geral**

Miguel Angel Cal González

#### **Tesoureiro**

Francisco José Machado Viana

#### **Secretário de Comunicação Social e Secretário da Região Sudeste**

Ricardo Figueiredo Moretzsohn

#### **Secretário de Orientação e Ética e Secretário da Região Nordeste**

Aluizio Lopes de Brito

#### **Secretária da Região Norte**

Sônia Cristina Arias Bahia

#### **Secretária da Região Centro-oeste**

Deusdet do Carmo Martins

Secretária da Região Sul

Analice de Lima Palombini

#### **Conselheiros Suplentes**

Eleuni de Andrade Melo

Francisco de Assis Nobre Souto

Gislene Maia Macedo

Marcus Adams de Azevedo Pinheiro

Margarete de Paiva Simões Ferreira

Mariana Moreira Gomes Freire

Rebeca Litvin

Rosemeire Aparecida Silva

Sandra Maria Francisco de Amorim

#### **Psicólogos convidados**

Adriana Marcondes Machado

Diva Lúvia Gautério Conde

Marilene Proença Rebello de Souza

Paulo Roberto Martins Maldos



**Conselho  
Federal de  
Psicologia**

**Conselhos  
Regionais  
de Psicologia**

SRTVN 702 - Edifício Brasília Rádio Center  
sala 4024 - Brasília DF - CEP 70.719-900  
Telefone: (61) 429-0100  
[www.pol.org.br](http://www.pol.org.br)



Conselho  
Federal de  
Psicologia

Conselhos  
Regionais  
de Psicologia